

Estado define ocupação nas regiões costeiras

Estudos coordenados pela Secretaria do Meio Ambiente propõem novos critérios de zoneamento, contestados por entidades ecológicas

Os estudos que vão definir as formas de ocupação das regiões costeiras de São Paulo, coordenados pelo governo do Estado, estão na fase final. Mas em Ubatuba, ambientalistas e moradores temem que os critérios usados possam estimular empreendimentos imobiliários e pôr em ris-

co a preservação de uma das mais belas regiões do Estado.

A situação é polêmica. Nos últimos dez anos, o Litoral Norte tem atraído muitos migrantes, principalmente do sul de Minas, e o crescimento populacional chega a 6,5% por ano. A falta de planejamento e a ocupação desordenada causaram um processo de "favelização", que ameaça reservas de mata atlântica.

Ubatuba aposta no plano de macrozoneamento costeiro para impedir essa degradação. Depois de quase dois anos de estudos e 48 encontros, uma comissão de representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente,

da prefeitura e de entidades civis classificou as áreas do município conforme o grau atual de ocupação e preservação.

Novo zoneamento

Esse diagnóstico permitirá definir planos de zoneamento. As classificação das áreas vai variar de zona 1, mais preservada, até zona 5, praticamente urbana. Quem tiver um terreno na Z1 poderá desmatar apenas 10% da área. Na Z5, terá permissão de construir em 90% do terreno.

O trabalho da comissão, no entanto, vem recebendo críticas. Algumas entidades acham que o interesse econômico tem prevalecido. "Os interesses financeiros podem comprometer seriamente a preservação local", adverte a advogada Elcy Camargo, do SOS Mata Atlântica.

É compreensível a polêmica. Loteamentos clandestinos têm

invadido até reservas ecológicas e indígenas. A preocupação dos ambientalistas é que em breve reste pouco da mata nativa, o que comprometeria o turismo.

Representante na comissão da Associação de Engenheiros e Arquitetos, Gilmar Rocha discorda dos ecologistas. "Algumas organizações ambientais têm um visão radical que impede o desenvolvimento." Para Rocha, sem desenvolvimento, aumenta o desemprego e a favelização.

Para o secretário de Urbanismo de Ubatuba, João Paulo Rolim, as sessões da comissão servem justamente para que correntes desenvolvimentistas e preservacionistas entrem em acordo. Ele acha "absurdo" o temor de que o plano abra caminho para uma destruição ambiental. "Queremos que o local seja preservado, mas não podemos impedir o desenvolvimento."

INSTITUTO

CEIC AMBIENTAL

Documentação

Fonte: *ST*

Data: 12/4/2000 Pg. 17A

Class: *ST*